

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Faculdade de Economia, Administração Atuária e Contabilidade
Curso de Especialização em Planejamento e Desenvolvimento Econômico

**COMPORTAMENTO DA OCUPAÇÃO E TRABALHO NO ESTADO DO CEARÁ
1987 –1997**

JOSÉ IRAN DE PAULA MELO

FORTALEZA
2001

COMPORTAMENTO DA OCUPAÇÃO E TRABALHO NO ESTADO DO CEARÁ
1987 -1 997

JOSÉ IRAN DE PAULA MELO

Orientador: Prof. Paulo de Melo Jorge Neto

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Ceará, Como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

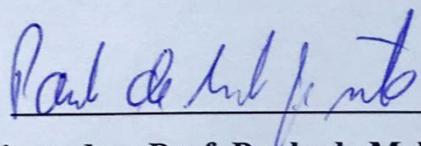
FORTALEZA

2001

COMPORTAMENTO DA OCUPAÇÃO E TRABALHO NO ESTADO DO CEARÁ
1987 – 1997

JOSÉ IRAN DE PAULA MELO

Aprovada em 30 de Novembro de 2001



Orientador: Prof. Paulo de Melo Jorge Neto.

Dedico
este trabalho, à minha esposa Verônica

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que me deu vida e inteligência, e que me dá força para enfrentar a realidade em todos os seus aspectos.

A professor Paulo Neto pela dedicação na realização desta pesquisa, que com sua orientação não só me orientou como me inspirou.

A professora Sônia Santos pelo incentivo e sugestões dadas para a realização desta pesquisa.

Aos amigos Lúcia e Acácia pelo incentivo e apoio para realização do trabalho.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta pesquisa.

“Á adversidade desperta em nós capacidades,
que em circunstâncias normais teriam ficado adormecidas” (Horácio)

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que me deu vida e inteligência, e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

A professor Paulo Neto pela dedicação na realização deste trabalho, que sem sua importante ajuda não teria concretizado.

À professora Sandra Santos pelo incentivo e sugestões dadas para a realização monografia.

Aos amigos Lúcia e Dimas pelo incentivo e apoio para realização do trabalho.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.

RESUMO

Este trabalho analisa o comportamento da ocupação e trabalho no Estado do Ceará no período 1987-1997. Considera-se que a economia cearense sofreu importantes transformações durante este período, especialmente com os ajustes no campo fiscal, financeiro e administrativo. Conforme dados do IPLANCE, o PIB estadual ampliou sua participação no PIB do Brasil de 1,50% em 1987 para 2,15% em 1997, mostrando o bom desempenho da economia estadual. Isto indica que os ajustes provocaram impactos sobre o crescimento econômico do estado, relacionados primordialmente pelo o aumento nos investimentos público e privado.

Constatamos nesse estudo uma maior capacidade do Ceará em ocupar sua mão-de-obra, com um crescimento de 3,08% no item número de empregados, ou seja, os empregados representavam em 1985 38,46% da PEA, passando para 39,73% em 1995.

SUMÁRIO

RESUMO	i
SUMÁRIO	ii
INTRODUÇÃO	01
01. ECONOMIA CEARENSE 1987 –1997	05
1.1 Contexto Macroeconômico	05
1.2 Reforma do Estado do Ceará e sua Relação com a Crise Fiscal	07
1.2.1 Ajuste Fiscal e Capacidade de Financiamento do Estado	09
1.2.2 Capacidade de Investimento.....	18
02. OCUPAÇÃO E TRABALHO NO ESTADO DO CEARÁ.....	20
2.1 Contexto Histórico.....	20
2.2 Transição Demográfica	21
2.3 Mercado de Trabalho	24
2.4 Evolução Recente da PEA	26
2.5 Oportunidades Ocupacionais	27
2.6 A Realidade do Trabalho Precário no Ceará	30
3.0 CONCLUSÃO	34
4.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
ANEXO – TABELAS COMPLEMENTARES	39

INTRODUÇÃO

As mudanças e as reformas estruturais verificadas no Estado do Ceará a partir de 1987, resultantes de uma ruptura política ocorrida entre forças do poder local, produziu um novo paradigma de regulação e gestão públicas.

Pode-se dizer que a economia local ganha uma dinâmica diferente a partir de uma data precisa, 1987, observa-se porém, que essa nova realidade não tem uma origem predominantemente econômica, e sim político-institucional.

Alguns fatores endógenos e exógenos contribuíram para essa ruptura político-institucional, na passagem de 1986 para 1987 e que influenciou decisivamente o comportamento da economia do Ceará até os dias atuais.

Este trabalho procura fazer uma análise das formas de ocupação e trabalho no período 87/97, dentro dessa nova realidade de mudanças político-administrativas ocorridas no Estado. Para isto, utilizou-se como instrumento de verificação, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), sendo investigado os aspectos situacionais do contingente demográfico no mercado de trabalho, conforme levantamentos (pesquisas) mensais realizados pelo SINE/CE (Sistema Nacional de Emprego), tomando como marco teórico o espaço 1987/1997.

Cabe salientar em relação a PNAD o seguinte: É realizada em todo o território nacional pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com exceção da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, sendo a população pesquisada (população em idade ativa) constituída por pessoas de dez anos ou mais de idade.

Os temas permanentes da PNAD, desde o seu início, no ano de 1967, vem sendo, habitação e trabalho associados as características demográficas e de educação.

O mercado de trabalho do Ceará, nos últimos anos experimentou intensa transformação em sua composição, contribuindo para isso, o fluxo migratório do interior do Estado para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Vale salientar que esse fluxo tem mudado de intensidade e de direção nos anos mais recentes, pois as pessoas não só procuram a capital, mas também se destinam aos demais municípios periféricos da RMF e outras cidades de médio porte. Mesmos às áreas urbanas de pequenos municípios servem de “ponte” para etapas sucessivas de migração com destino a centros maiores.

Observa-se porém, que toda essa mudança espacial e de composição do mercado de trabalho tem de ser contextualizada dentro da economia cearense no período 1987/1997, que experimentou grandes transformações estruturais. Para analisar esse processo, utiliza-se o produto interno bruto a custo de fatores calculado pelo IPLANCE (Instituto de Planejamento do Ceará), atentando para a relação direta PIB/emprego.

Assim como o desempenho econômico cearense tem se mantido nos anos 90, o nível geral de emprego tem continuado ou mesmo se expandido. Várias são as fontes de informações que acusam esta performance.

Nada sugere uma explicação melhor do que uma maior pressão da população por emprego, reflexo de mudanças no perfil da mesma sobre a classe trabalhadora.

Portanto, trata-se de uma oferta crescente porém insuficiente para atender contínuas pressões sobre as ocupações.

As transformações na sociedade cearense, de ordem familiar e populacional, são visíveis com desdobramentos que merecem ser destacados.

A composição do núcleo familiar foi modificado, destacando-se a participação feminina nos diferentes postos de trabalho e nas atividades gerenciais, embora grande parte ainda ocupem as atividades menos qualificadas

Muitas outras diferenças podem ser encontradas no Ceará dos últimos anos, entretanto o processo de transição demográfica em curso, aponta para um futuro, que começa a se desenhar no aumento visível do número de idosos e de pessoas de meia idade, bem como de mulheres que têm menos filhos e definitivamente iniciam e encerram a maternidade bem mais cedo que as da gerações passadas. Contudo a maioria da população do Estado é ainda formada por jovens.

Verifica-se que, durante o período 87/97 as mudanças político-administrativas implantadas no Ceará, contribuem decisivamente para um processo de crescimento econômico do estado, propiciando o investimento em projetos estruturantes que ampliam e redefinem os espaços públicos e privados. Esse processo contribuiu para inserção de novas formas de ocupação no mercado de trabalho, aumento do produto e da renda estadual.

O planejamento estadual tem incorporado essa visão de desenvolvimento , num horizonte de longo prazo e dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, que segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), implica na existência de possibilidades concretas de melhorar a quantidade e qualidade das ocupações, e conseqüentemente a geração e distribuição de renda.

Cita-se ainda, que o mercado de trabalho no estado, está sob influência de determinações que vem do sistema de relações de trabalho, caracterizado por tendências recentes resultantes da pressão demográfica como:

- Incremento da participação feminina no mercado de trabalho;
- Alto índice de participação de ocupados entre os que procuram emprego;
- Elevado número de pessoas da PEA (População Economicamente Ativa) desempregada.

Concluindo, acreditamos que esse trabalho possa contribuir de maneira elucidativa, para entender o mercado de trabalho do Ceará no período em questão, tendo em vista as transformações por que passa a sociedade brasileira, em particular a cearense neste final de século.

01. ECONOMIA CEARENSE, 1987-1997

1.1 CONTEXTO MACROECONÔMICO

O Estado do Ceará não foge à regra da maioria dos Estados do Brasil, notadamente os Estados do Nordeste, onde durante o seu processo de formação histórica, surgiu e reproduziu-se, por longo tempo, um sistema de dominação política de contornos claramente clientelista.

Essa forma de encarar a coisa pública deixou um legado de gestão anacrônica provocando descaso com o uso dos recursos públicos e corrupção, levando o Governo do Estado a uma situação “pré-falimentar”, e de bancarrota, conduzindo à virtual ingovernabilidade e abrindo espaço à ruptura com o sistema político dominante.

Com a vitória e chegada ao poder do “Projeto das Mudanças” em 1987, a máquina pública estatal passou por uma drástica reforma, alicerçada na austeridade fiscal, moralização do serviço público e na modernização gerencial.

É fato que, dentre as economias estaduais do Brasil, a do Ceará vem se destacando nesses 12 (doze) anos analisados por este trabalho, ou seja de 1987 a 1997, pelo ajuste das contas públicas, o incremento nos investimentos do Governo e da iniciativa privada, e um vigoroso crescimento econômico nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços. Portanto, após um tempo de virtual estagnação na primeira metade dos anos 80, a economia cearense retomou o dinamismo a partir de meados da década passada, tendo acumulado no período em questão, um crescimento no Produto Interno Bruto de 53,87%, que corresponde à média anual de 4,47%. Isso contrastou notadamente com o desempenho verificado na economia brasileira no período, cujo crescimento acumulado ficou em 22,92%.

Como resultado, a participação da economia do Estado no PIB nacional aumentou de 1,50%, em 1987, para 2,15% em 1987 (vide tabela nº I).

TABELA I
VARIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL E DO CEARÁ
PERÍODO: 1987 - 1998

ANOS	BRASIL VARIAÇÃO ANUAL %	CEARÁ VARIAÇÃO ANUAL %	PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PIB DO CEARÁ NO PIB NACIONAL %
1987	3,62	- 5,86	1,50
1988	- 0,08	- 0,66	1,16
1989	+ 3,30	+ 5,32	1,67
1990	- 4,04	+ 6,43	2,03
1991	+ 1,03	+ 5,33	2,17
1992	- 0,54	- 3,29	2,15
1993	+ 4,92	+ 3,10	2,33
1994	+ 5,85	+ 10,24	2,38
1995	+ 4,22	+ 8,35	2,24
1996	+ 2,76	+ 5,59	2,21
1997	+ 3,68	+ 3,55	2,15
ACUMULADO 1987 - 1997	24,70	41,39	-----

Fonte: IPLANCE.

1.2 A REFORMA DO ESTADO DO CEARÁ E A SUA RELAÇÃO COM A CRISE FISCAL

O modelo político-administrativo implantado no Ceará a partir de 1987, marca uma ruptura sobre a trajetória e o padrão de gestão pública do Estado. O novo padrão de gestão se traduziu num profundo ajustamento fiscal, financeiro, administrativo e estrutural (infra-estrutura). Não se trata de uma ruptura apenas no campo dos objetivos das políticas públicas, mas também de uma ruptura com relação aos meios que movem o sistema social, tendo em vista a mudança da natureza política do governo. A principal fonte dessa mudança está na passagem de um sistema com influências tradicionais (patriarcais e patrimonialistas) para um sistema moderno, de “caráter racional” e burocrático.

A análise financeira do Governo Estadual do Ceará de 1987 – 1997 revela três fatos de suma importância para identificarmos os fatores que atuaram positivamente no sentido de propiciar o saneamento das finanças públicas deterioradas por governos anteriores ao projeto das mudanças.

1. Amplas reformas administrativo-financeiras, implementadas logo a partir de 1987, possibilitaram reduzir despesas de forma significativa, particularmente custeio e encargos da dívida, e, por outro, criar condições para o aumento da produtividade fiscal e, portanto, incrementar sua capacidade de arrecadação própria;
2. A desconcentração de receitas providas da União, a partir da Constituição de 1988, possibilitou potencialidades de incrementos de receitas não próprias, corroborando ainda mais com a situação descrita no item anterior;
3. O próprio contexto macroeconômico, que embora parecesse adverso a qualquer agente econômico, paradoxalmente o setor público se beneficiava com recursos advindos do mercado financeiro e da deterioração monetária das despesas em maior escala que as receitas.

Pode-se observar na tabela II, que embora registre-se flutuações nos resultados entre receitas totais e despesas totais, o período como um todo apresenta uma ligeira supremacia de superávits sobre déficits.

TABELA II
DEMONSTRATIVO DA RECEITA TOTAL X DESPESA TOTAL
PERÍODO : 1987 – 1997

ANO	RECEITA TOTAL	DESPESA TOTAL	SUPERÁVIT/ DÉFICIT
1987	1.801.854.739,62	2.954.152.540,90	(1.152.297.801,28)
1988	2.294.063.238,62	2.181.289.698,58	112.773.540,04
1989	1.927.156.515,70	2.160.827.989,11	(233.671.473,41)
1990	2.349.064.136,74	2.244.898.481,81	104.165.654,93
1991	2.046.515.704,38	1.766.047.427,20	280.468.277,18
1992	1.901.987.481,71	1.736.185.007,25	165.802.474,46
1993	2.082.774.335,61	1.809.407.148,92	273.367.186,68
1994	2.425.986.269,00	1.970.799.364,27	455.186.904,73
1995	2.381.772.905,46	2.416.666.878,05	(34.893.972,58)
1996	2.606.787.081,14	2.654.252.891,71	(47.465.810,57)
1997	2.771.646.323,08	2.848.044.081,38	(76.397.758,30)

Fonte: SEFAZ-SUCON

Notas: 1) Valores corrigidos pelo IGP - DI (base=ago/94), a preços de dezembro de 1997;

2) Os valores de 1987 a 1990, por não dispor dos valores dos itens de receitas e despesas, mês a mês, o total foi corrigido pelo IGP-DI médio.

Comparadas às mudanças institucionais verificadas dentro do sistema federativo brasileiro, desde 1988, as transformações ocorridas no Ceará convergem para pontos comuns: ajuste fiscal, estabilização monetária, descentralização de funções administrativas e responsabilidade fiscal.

1.2.1 AJUSTE FISCAL E CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DO ESTADO

O exame das contas públicas do Estado do Ceará conduz à constatação de que no período compreendido entre 1991 e 1996 verificou-se um adequado controle de sua gestão, caracterizando assim, uma situação pouco comum em relação à maioria dos estados brasileiros.

Essa situação como já frizamos, remonta ao período 1987-91, quando foi concebida uma estratégia global de desenvolvimento para o Estado, a qual evidenciava a necessidade de um ajuste consistente com objetivos de longo prazo então delineados. Assim, o Ceará iniciou o seu ajuste fiscal bem antes que as condições objetivas de aprofundamento da crise fiscal brasileira impusessem graus de dificuldades crescente no desempenho das atividades inerentes ao setor público.

Houve, portanto, uma providencial antecipação das medidas que, posteriormente, a maioria dos estados teve que adotar como imposição decorrente da dificuldade financeira que consumia a quase totalidade dos recursos públicos no pagamento de despesas correntes, notadamente de salários e de amortização da dívida fundada, reduzindo drasticamente a capacidade de investimento do setor público estadual.

Constata-se hoje, que poucos são os estados que conseguiram superar seus grandes desequilíbrios acumulados ao longo de décadas e para cujo financiamento contavam sempre com a assistência do governo federal ¹.

¹ Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, significativos recursos da União foram redistribuídos aos estados que, na quase totalidade, os destinaram à ampliação de suas despesas correntes. Com as dificuldades crescentes criadas pelo desequilíbrio das contas públicas da União, esgotou-se sua capacidade de assistência financeira às unidades federativas. Como decorrência inicialmente desse fato e, posteriormente, da imposição ditada pelo Plano Real no sentido do controle do déficit público, os estados que não se adequaram tempestivamente às mudanças exigidas pela nova realidade econômico-financeira perderam a sua já reduzida capacidade de investimento, comprometendo, desta forma, um instrumento valioso de promoção do desenvolvimento econômico. Neste aspecto, o Ceará constituiu exceção em face do que já foi anteriormente mencionado.

O ajuste das contas públicas do Ceará iniciado em 1987, através de um amplo e significativo conjunto de medidas, abrangendo a reestruturação administrativa e implementação de rígidos controles financeiros, vem sendo aperfeiçoado e seus objetivos mantidos de forma consistente ao longo de todos esses últimos anos.

Os dados disponíveis mostram que os dois componentes mais importantes das Receitas do Estado do Ceará são constituídos pelas Receitas Tributárias, que corresponderam ao percentual médio de 47,08% no período. A partir de 1994, constata-se a elevação da participação das receitas tributárias no total das receitas, cujo percentual superou os 50%. As transferências correntes, também em relação ao total da receita, mantiveram-se oscilando em torno de 32,7% de 1991 a 1996.

A participação das Receitas Tributárias representando em média a metade das receitas totais durante o período assinalado e, ainda, a sua tendência ascendente a partir de 1993, pode comprovar a eficiência das medidas implementadas no aparelho arrecadador e seu contínuo aperfeiçoamento.

As despesas correntes corresponderam, no período de 1991 a 1996, a uma participação do total da despesa nunca inferior a 70%, tendo alcançado os 83,3% em 1996. Dessas despesas, os gastos com pessoal contribuíram com a parcela mais significativa. Em 1995, 31,2% das despesas totais do estado do Ceará destinavam-se a gastos com pessoal, tendo ocorrido uma pequena queda para 29,6% em 1996.

Um importante indicador relativo à conta de pessoal refere-se a sua comparação com o valor da receita líquida, entendida esta como constituída do total da receita corrente, após dedução dos valores correspondentes às transferências por participações constitucionais e legais dos municípios na arrecadação dos tributos de competência dos estados.

A relevância desse indicador deve-se ao que disciplina o artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, estabelecendo os limites máximos que os estados devem observar em relação às despesas com o funcionalismo público. Sua importância deve ser também considerada em face do projeto de lei sobre as responsabilidades fiscais, estabelecendo penalidades para não observância de normas legais disciplinadoras dos gastos públicos.

Na tabela 3, apresentam-se os dados que permitem determinar a relação entre o total das despesas com o pessoal da administração direta do Estado do Ceará e as receitas correntes líquidas entre os anos de 1991 e 1996. Trata-se, portanto, de um indicador parcial do critério estabelecido pela norma constitucional, uma vez que não estão computados as despesas com o pessoal da administração indireta. No período analisado, o mencionado indicador manteve um comportamento relativamente estável entre os anos de 1991 e 1994, mas a partir de 1995 apresentou um deslocamento para um nível mais elevado.

Outro item relevante das finanças, está relacionado à capacidade do Estado em realizar investimentos, sendo que no período compreendido entre os anos de 1991 e 1996, o percentual médio do investimento total em relação às despesas orçamentárias se situou em torno de 22,2%, embora se tenha observado uma queda em termos reais de 28,2 % para 12,3 % no período em análise.

As despesas com amortização da dívida fundada interna e externa representaram em 1995 o percentual de 4,9% do total das despesas, e em 1996, 4,3% constituindo-se em aspecto positivo para o controle das contas do Estado, uma vez que as negociações efetivadas no auge do processo de ajuste, assim como em data mais recente, resultaram no alongamento do seu perfil, permitindo uma gestão compatível com a realidade financeira estadual.

Esse aspecto possibilitou, no período assinalado, um baixo comprometimento da receita com amortização dívida fundada, havendo, por conseguinte, maior disponibilidade de recursos para investimento direto, bem como para a composição da contrapartida do Estado naqueles projetos e programas definidos como prioritários.

Como consequência direta do controle das contas públicas, observou-se em todos os anos compreendidos entre 1991 e 1996 a ocorrência de margem de autofinanciamento com valores significativos, correspondente à importância total acumulada no período de R\$ 2.282,7 milhões.

TABELA III
ESTADO DO CEARÁ

DESPESA COM PESSOAL E A RECEITA TRIBUTÁRIA* (R\$ 1.000)

ESPECIFICAÇÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996
A. Despesa com Pessoal	419.917,08	408.782,99	464.262,54	443.226,31	634.378,56	656.487,97
B. Rec. Corr. Líquida	1.480.334,41	1.330.649,87	1.519.468,31	1.332.652,41	1.537.563,26	1.742.714,77
Entre A e B (100%)	28,36	30,72	30,55	33,26	41,26	37,67

Fontes: SEFAZ - CE, Balanço Geral do Estado; Marcos C. Holanda e Francisco A. Soares, "Análise Institucional dos Estados do Nordeste: Ceará, Piauí e Maranhão" (1997).

preços constantes em R\$ 1.000 de agosto de 1995

Nota: As despesas com pessoal referem-se apenas à Administração Direta.

Este fato evidenciou, de uma parte, maior disponibilidade financeira do governo estadual para investimentos em obras de infra-estrutura econômica e também, em obras sociais básicas. De outra parte, mostrou também a capacidade de alavancagem de recursos externos por meio da composição de contrapartidas em projetos e programas do governo federal ou, ainda, na contratação de empréstimos externos. A esse respeito, a tabela 4 apresenta os principais projetos de desenvolvimento contemplados pelo programa plurianual de investimentos do Estado, referente ao período compreendido entre 1990 e 1997. Pode-se constatar do exame das fontes de recursos constantes da mencionada tabela que a situação financeira favorável possibilitou uma considerável mobilização de recursos externos.

Portanto, a tabela abaixo nos mostra que, o volume total de investimentos previstos nestes programas para o período 1990/98 é expressivo, cerca de US\$ 886,8 milhões, correspondem a contrapartida do Estado, e US\$ 1,2 bilhão a recursos da União e órgãos de financiamento nacionais, como: CEF, BNDES, BNB.

TABELA IV
ESTADO DO CEARÁ
PRINCIPAIS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO / INVESTIMENTOS
PLURIANUAIS
1990 –1997 em milhões

Programas / Projetos Estruturantes	Total	Contrapartida Estadual	Recursos Externos
I – Proteção ao Meio Ambiente	584,5	258,6	186,1
II – Reordenamento do Espaço	240,0	100,0	140,0
III – Capacidade da população	878,1	223,8	387,0
IV – Geração de Emprego			
Desenvolvimento da economia	1.358,1	288,4	501,2
V – Cultura, Ciência, Tecnologia e inovação	47,3	5,1	-
VI – Gestão Pública	25,5	10,9	15,6
TOTAL	3133,5	886,8	1230,0

Fonte: Gabinete do Governador – CE

* O total de recursos engloba, além das fontes citadas, recursos outros de origem nacional como BNDES, CEF, etc.

A partir de 1994, constatou-se uma tendência de queda nos valores absolutos das margens de autofinanciamento, indicando uma perda pelo Estado da capacidade mobilizadora de investimentos que vinha ocorrendo até o referido ano.

Como mostra a tabela V, nos dois últimos anos do período analisado, 1995 e 1996, ocorreram déficits de R\$ 54.941,23 mil e R\$ 51.468,20 mil, respectivamente. Conforme se pode verificar, ainda, na mesma tabela, esses déficits foram acompanhados, nesses dois

últimos anos, do crescimento dos recursos de terceiros, ou seja, da parcela dos recursos referentes aos investimentos totais e amortizações excedentes à margem de autofinanciamento gerada pelo próprio setor público estadual.

TABELA V
ESTADO DO CEARÁ
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996
1. Receitas Correntes menos Despesas Correntes	518.412,87	338.997,54	361.112,49	330.635,57	205.579,73	193.560,67
2. Receitas de Capital menos operações de crédito	2.518,98	13.999,66	161.809,36	34.598,86	50.780,75	20.737,76
3 - Margens de Autofinanciamento (1+2)	520.931,85	402.997,19	552.921,87	365.234,42	256.361,52	214.298,42
4 - Investimentos Totais	471.862,84	428.924,58	541.534,58	354.067,29	324.848,53	273.143,40
5 - AMORTIZAÇÕES	21.442,55	33.824,10	28.429,98	68.427,23	99.908,77	96.338,36
6- Recursos de terceiros { 6=[(4+ 5)]}	- 27.626,45	59.769,48	47.042,70	57.260,09	168.394,73	155.183,34
7.Necessidade de Financiamento [7=(6- 5)	-49.069,00	25.945,39	18.612,70	-11.167,13	68.485,96	58.844,98
8 - Operações de Crédito	99.685,90	70.420,06	82.590,05	92.219,19	113.453,50	103.714,14
9 - Operações de	127.292,35	10.650,57	35.547,35	34.959,82	-54.941,23	-51.469,20

Fontes: SEFAZ - CE, Balanço Geral do Estado; Marcos C.Holanda e Francisco A. Soares, "Análise institucional dos Estados do Nordeste: Ceará, Piauí e Maranhão" (em andamento).
*preços constantes em R\$ 1.000 de agosto de 1995.

Interessante notar que, ao mesmo tempo que essas transformações satisfazem os interesses da federação, elas não trazem necessariamente prejuízos para o desempenho da economia local. Pelo contrário, no Ceará essas transformações potencializaram um processo de desenvolvimento local.

Assim, de 1985 a 1990, esta taxa média era de 20,9%, caindo para 16,7%, no período de 1991 a 1996, (último ano disponível). Como consequência dessa redução, a taxa acumulada de crescimento da economia cearense, que havia atingido 20,7% no período de 1985 a 1990, caiu para 15,2%, no período de 1991 a 1996. Ou seja, o desempenho da economia é afetado diretamente pelo volume de investimentos realizados.

Vale registrar, a propósito, que o setor público vem perdendo espaço no total de investimentos efetivados no Estado. Entre 1985 a 1990, a sua contribuição média ficou em torno de 49,9%, caindo para 38,2%, no período de 1991 a 1996.

O investimento do setor privado, por seu turno, teve comportamento oposto, evoluindo de uma média de 50,1% , no primeiro período, para 61,8% no segundo, com tendência de crescimento, em virtude do grande número de empreendimentos que tem sido instalado no Estado nos últimos anos. Dito de outra forma, a dinâmica de crescimento econômico do Ceará está cada vez mais associada ao comportamento de investimentos realizados pelo setor privado.

A título de ilustração, vale acrescentar que esse quadro descrito anteriormente para o Estado do Ceará, também se repete, em certa medida, para o Nordeste.

Segundo informações divulgadas pela SUDENE, observou-se que, regionalmente, houve uma queda na taxa média de formação bruta de capital fixo entre os dois períodos analisados (de 19,8% para 16,2%), acompanhada também por uma redução no crescimento econômico acumulado (de 13,8% para 12,6%) e redução na participação do investimento do setor público no total do investimento da região (de 49,9% para 38,2%).

É certo que as reformas estruturais ocorridas em nível do Governo Estadual do Ceará (contextualizadas dentro de cenário nacional macroeconômico caracterizado por uma crise fiscal), proporcionaram à economia local um novo regime de crescimento econômico, entretanto supõe-se que o papel do capital social foi de grande importância na coordenação dos agentes econômicos, monitoramento das ações públicas e na sustentabilidade desse crescimento.

Quanto ao aspecto distributivo, observa-se que os indicadores sociais não acompanham na mesma proporção e no mesmo ritmo o crescimento econômico, mostrando assim sua face concentradora.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado a partir dos anos noventa, possibilitou portanto uma valiosa reflexão sobre como sustentar a longevidade desse crescimento econômico , e como que os bons resultados no plano econômico se propagassem no campo social, aonde o problema da seca na região semi-árida do estado, ocupava, e ainda ocupa, lugar de destaque.

Verifica-se que, com base na idéia de “desenvolvimento sustentável”, o Governo do Estado em seu Plano de Governo de 1995-1998, pretendeu acessar a uma outra etapa do crescimento econômico local, em seu aspecto redistributivo.

Outro fator importante no aumento das receitas, foi o item receita patrimonial , pois em decorrência do uso efetivo da “conta única” e da introdução do Sistema Integrado de Contabilidade (SIC) o governo passou a obter ganhos financeiros significativos, auxiliados pela inflação. Por outro lado, uma diminuição e racionalização das despesas correntes do governo tornaram-se realidade em função dos cortes de gasto pessoal e de várias “ rubricas”.

Os ajustes não ocorreram só nos aspectos fiscal e financeiro, mas também no campo administrativo, nesse aspecto o Governo do Estado baixa uma série de decretos anulando nomeações, contratações e promoções realizadas pelo governo anterior no período eleitoral.

É neste ponto que se encontra a maior inovação do processo de transformações recentes no Estado do Ceará. A ruptura política no estado leva à substituição do paradigma de regulação e de gestão pública em nível de Governo Estadual e, por conseguinte, implanta uma nova forma de organização pública, assim como provoca redefinição dos espaços público e privado.

As políticas de ajustes estruturais de contas públicas possibilitaram o equilíbrio orçamentário, a diminuição da necessidade de financiamento (junto ao mercado e ao governo federal), a geração de poupança e a conseqüentemente a capacidade de investimento do Estado, não só no primeiro “governo das mudanças”, mas também nos períodos seguintes.

Todo esse ajuste permitiu a viabilização de investimentos significativos em infraestrutura, nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, recursos hídricos, turismo , estradas e rodagens, em parceria com o Governo Federal e com organismos internacionais com o Banco Mundial, EXIBANK, OECF e KFW.

1.2.2 CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

A capacidade demonstrada pelo o Estado do Ceará em se reestruturar financeira e administrativamente possibilitou o início de um processo caracterizado por significativos investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social.

Os grandes projetos estruturantes, foram investimentos destinado a intensificar a industrialização do Estado. Além do mais, a manutenção de instrumentos de ação como o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), continua sendo uma característica da atuação e a atração governamental.

De toda maneira, muitas iniciativas foram e vêm sendo tomadas no sentido de ampliar os gastos em infra-estrutura, educação e saúde. No entanto essas iniciativas devem ser ampliadas.

A não valorização devida dos novos fatores de produção (como educação), pode impor ao sistema produtivo local pontos de estrangulamentos estruturais no nível da eficiência e competitividade em relação aos outros sistemas produtivos emergentes. Esse quadro pode se agravar ainda mais em um cenário de retomada do crescimento econômico do País em níveis satisfatórios, e associado a intensificação da abertura comercial para o exterior através da formação de blocos econômicos.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do Estado do Ceará não é tão elevada, no entanto a participação do setor público consolidado dentro dessa taxa não é desprezível, situa-se em média de 4,8% (segundo o IPLANCE), considerando os anos mais recentes, isto tem servido de estímulo e sustentáculo das taxas de crescimento positivas da economia local.

O comportamento dos investimentos públicos, aliados às expectativas e às novas políticas públicas, inclusive de incentivos fiscal-financeiros, agiram positivamente sobre o comportamento dos investimentos privados diretos. Conforme dados da Secretária de Desenvolvimento Econômico - SDE do Estado do Ceará, entre os anos 1995 e 1998, instalaram-se no Estado 212 empresas (cearenses, brasileiras e estrangeiras) e 110 encontravam-se em implantação até 1999, projetando um volume de investimentos da ordem de US\$ 178.037,7 milhões.

É interessante observar que esses investimentos na economia estadual apontam para dois aspectos novos da economia cearense: o primeiro, é o forte fluxo de capitais e investimentos fora do Estado, inclusive do exterior, em direção da formação do capital industrial. Este fato contraria uma tendência anterior que era a predominância de capitais locais nos investimentos industriais. O segundo aspecto é que esses novos investimentos não foram atraídos exclusivamente pelos incentivos fiscais da SUDENE ou do Banco do Nordeste - BN, mas por incentivos financeiros e fiscais do próprio Estado, além de outros fatores endógenos, tais como dinamismo econômico, credibilidade do governo estadual, política industrial e investimento do governo estadual.

Resta saber se esse movimento dos investimentos privados vai propiciar um processo de aglomeração industrial associado as aglomerações de renda e de demanda , que servirão de novos atrativos para futuros investimentos.

2.0 OCUPAÇÃO E TRABALHO NO ESTADO DO CEARÁ

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

O início e o desdobramento da formação econômica do Ceará não obedecem à mesma trajetória-padrão seguida por outras economias estaduais da costa brasileira, qual seja, a estruturação do sistema monocultor primário- exportador, baseado largamente na força de trabalho escrava, mas como economia complementar, baseada no suprimento de insumos ao modelo vigente.

Estrutura-se aí o que se convencionou chamar de sistema gado-algodão-cultura de subsistência, influenciando decisivamente a estrutura e o comportamento da força de trabalho cearense por um longo período, retardando a urbanização das cidades e por conseguinte a segmentação das novas formas de trabalho (especialização do trabalho).

O caráter agrário-pastoril, tecnologicamente tradicional e extensivo no uso dos fatores , principalmente terra, e sendo sua principal mercadoria o algodão, voltada para o mercado externo, marcou profundamente a estrutura fundiária, a posse e o uso da terra no Estado.

Cabe salientar, que o ingresso do Ceará no mercado internacional de matérias primas (no caso o algodão) não resultou na eliminação da pecuária como atividade econômica, pelo contrário, essas duas atividades passaram a conviver juntas em forma de consórcio e agregando ainda a pequena produção agrícola responsável pela produção do algodão (cultura comercial), milho, mandioca e feijão (culturas de subsistências).

2.2 TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

O desenvolvimento técnico-industrial do Ceará nos últimos anos, têm propiciado uma melhoria na distribuição do pessoal ocupado por nível de rendimento, bem como a ocupação e as classes de rendimento mensal do trabalho principal como mostra a tabela abaixo.

TABELA VI
DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DE 10 OU MAIS ANOS DE IDADE
SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

Ceará - Nordeste - Brasil

1996

DISCRIMINAÇÃO	CEARÁ		NORDESTE		BRASIL	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
TOTAL	2.906.006	100,0	19.193.825	100,0	68.040.206	100,0
SETORES DE ATIVIDADE						
- Agricultura	1.153.356	39,69	7.797.448	40,62	16.647.037	24,27
- Indústria	449.454	15,47	2.511.453	13,08	13.513.222	19,86
- Serviços	1.303.196	44,84	8.884.924	46,29	37.879.947	55,67
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO						
- Empregados	1.135.170	39,06	7.793.682	41,54	36.076.039	53,02
- Trabalhadores domésticos	164.379	5,66	1.116.382	5,82	5.001.263	7,35
- Conta própria	829.070	28,53	5.324.661	27,74	15.172.913	22,30
- Empregadores	87.480	3,01	473.713	2,47	2.484.667	3,65
- Outras	689.907	23,74	4.305.387	13,68	9.305.324	13,68

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PNAD-1996.

Apesar dos deslocamentos verificados em nível do sistema produtivo local, é prudente concluir que este sistema ainda não está nem definido nem consolidado.

Além de problemas relacionados à infra-estrutura, há também problemas relacionados com a própria fragilidade do sistema produtivo emergente do Ceará. De um lado esse sistema está se tornando excessivamente especializado nos setores industrial e de serviços, reduzindo drasticamente a função da agropecuária no desenvolvimento local.

Por outro lado, falta ao sistema industrial-serviços avanços no que diz respeito a complementação das cadeias produtivas dos pólos existentes, bem como maior flexibilidade e competitividade por parte das empresas locais junto aos mercados nacional e internacional.

Observa-se que, muitas iniciativas positivas foram e vêm sendo tomadas no sentido de preencher essa condição: aumento nos gastos em infra-estrutura, (Porto do Pecém, Castanhão, Alargamento em alguns pontos das principais rodovias que dão acesso a Fortaleza), em educação e em saúde, implantação de programas de qualidade em algumas empresas e constituição do Pacto de Cooperação do Governo com o empresariado.

A transição demográfica em curso no Estado, apresenta o seguinte quadro: a população total residente no Ceará, em 1997, foi estimada pelo IBGE/PNAD em 6.938 mil pessoas. O incremento anual correspondeu a quase 97 mil habitantes. Este é um adicional relativamente alto, considerando que as taxas de crescimento estão declinando. Entre os anos de 1997/98, o crescimento foi de 1,38%.

A média de filhos por família no Ceará, em 1980, era de 6,05 filhos, e em apenas 16 anos (1996) encontrava-se em 3,3, sendo bem mais baixa nas áreas urbanas (2,8 filhos) e ainda muito alta nas rurais (5,1 filhos).

TABELA VII

Número de Filhos por Família, segundo Situação de Domicílio – Ceará – 1980 e 1996

SITUAÇÃO DOMICILIAR	1980		1996	
	ABS.	%	ABS.	%
Total	6,05	---	3,3	---
Urbana	---	---	2,8	---
Rural	---	---	5,1	---

Fonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) e Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP); Diversidades Brasileiras – Um olhar demográfico, Oficina Editorial, São Paulo 1996; BENFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Família no Brasil/Pesquisa Nacional Sobre Demografia e Saúde 1996, Tabulações Especiais, Ceará.

O resultado mais imediato dessa transição demográfica que se faz perceber está na diminuição relativa das crianças e jovens e, simultaneamente, no incremento de adultos e jovens.

Pode-se dizer, que houve um aumento em números absolutos e relativos das pessoas com mais 60 anos de idade, chegando em 1998 a 619 mil, ou seja 8,8% da população do Estado.

TABELA VIII

População Residente, segundo Grupos Etários – Ceará – 1985 e 1998

GRUPOS ETÁRIOS	1985		1998	
	ABS.	%	ABS.	%
0 a 14 anos	2.402.582	41,04	2.512.453	35,71
15 a 59 anos	3.036.069	51,87	3.903.317	55,48
60 anos e mais	415.026	7,09	619.125	8,80
Idade ignorada	---	---	620	0,01
Total	5.853.677	100,0	7.035.515	100,0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico de 1996/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Ceará, 1985 e 1998.

Nota: Dados trabalhados pelo IPLANCE.

2.3 MERCADO DE TRABALHO

TABELA IX

População de 10 anos e mais, segundo a atividade - Ceará - 1985 e 1997

Em 1997, segundo a PNAD, o mercado de trabalho no Ceará, constituía-se em 3.201.735 pessoas, cuja relação com o total de pessoas de 10 anos e mais indicava uma taxa de atividade de 61,07%; os ocupados eram 3.005.209, configurando uma taxa de ocupação de 57,31%, também comparativamente à população em idade ativa observa-se o seguinte: os desocupados, estão em torno de 196 mil pessoas, que correspondem a 6,13% da PEA.

Comparando-se os anos de 1985 com 1997, verifica-se o seguinte: Em 1985 a taxa de desocupação atingiu o patamar de 6,54%, enquanto em 1997 foi de 6,13%. De certa forma, esta realidade evidencia a recuperação econômica do Ceará, com reflexos na ocupação de sua PEA. O percentual de ocupados em relação a PEA no Ceará era de 95,01%, em 1985, evoluindo em 1997 para 93,76% (tabela IX).

É importante observar a relação entre as taxas de ocupação e de inatividade, ou seja a medida que aumenta o número de ocupações, ocorre uma redução na taxa de inatividade, não no números de inativos propriamente, mas de sua representação no sistema das relações de trabalho (tabela X).

TABELA IX

Pessoas de 10 anos e Mais, segundo Condição de Atividade – Ceará – 1997 e 1998

CONDIÇÕES	1985 ⁽³⁾	1997 ⁽³⁾
População em idade ativa	4.280.653	5.243.327
População economicamente ativa (1)	2.697.239	3.201.735
População ocupada	2.562.916	3.005.207
População desocupada (2)	168.983	196.526
Taxa de atividade	63,01	61,07
Taxa de ocupação	59,87	57,31
Taxa de desocupação	6,54	6,13
% ocupados/PEA	95,01	93,87

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1997 e 1997.

(1) Na semana de referência.

(2) Desempregados e procurando trabalho na semana de referência.

(3) Taxa de crescimento acumulado 1985 / 1997, 12,8% (Dado do Iplance).

TABELA X

TAXAS DE OCUPAÇÃO E DE INATIVIDADE

ESTADO DO CEARÁ

OUTUBRO

1989-1993

ANOS	TAXAS (*)	
	OCUPAÇÃO	INATIVIDADE
1989	39,92	54,74
1990	41,97	52,83
1991	41,30	53,99
1992	39,29	55,45
1993	39,62	55,22

Fonte: Pesquisa direta, Sine/Ce

Nota: (*) A taxa de ocupação corresponde ao quociente entre o número de ocupados e a população em idade ativa, enquanto que a de inatividade é calculada em função do mesmo denominador, tendo como numerador as pessoas ocupadas.

2.4 EVOLUÇÃO RECENTE DA PEA

O incremento de mulheres na força de trabalho cearense é uma novidade na estrutura produtiva e social do Estado. Cerca de 900 mil pessoas que foram adicionadas a PEA entre 1985/1988, 56% eram mulheres. Relativamente, sobre o total da PEA, o incremento da participação feminina foi de 6%, passando de 35,16% da PEA do Ceará, em 1985, para o índice de 41,05%, em 1998.

Em 1998, 64,5% da PEA agrupava-se nas áreas urbanas e 62,78% nos ramos de atividades secundárias e terciárias. A ocupação tomou a mesma direção, embora parcela significativa da população rural ainda desempenha as atividades agropecuárias. A tendência maior de ocupação é para o setor serviços, onde além da prestação de serviços, incluem-se o emprego doméstico, as atividades e a administração pública. Mesmo nas áreas rurais, torna-se essencial o desenvolvimento de atividades terciárias, como alternativa às ocupações primárias, que ainda passam por problemas estruturais dos sistemas produtivo e comercial agravados pela baixa resistência às variações climáticas. As políticas públicas, por conseguinte, têm por desafio viabilizar às condições para que as atividades terciárias insiram-se nesse processo, ao mesmo tempo em que buscam o aumento da produtividade e da renda.

TABELA XI

PEA, segundo Sexo e Situação de Domicílio – Ceará – 1985 e 1998

PEA	1985		1998	
	ABS.	%	ABS.	%
Homens	1.524.710	64,84	1.916.500	58,95
Mulheres	826.823	35,16	1.334.482	41,05
Rural	1.081.417	45,99	1.154.881	35,52
Urbana	1.270.116	54,01	2.096.101	64,48

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 1985 e 1998.

2.5 OPORTUNIDADES OCUPACIONAIS

Com relação a população ocupada no estado do Ceará no período 1985/1995, verificou-se um incremento no número de empregados de 3,08%, passando de 1.171.568 em 1985 para 1.207.735 em 1995. Esse crescimento do mercado de trabalho, é atribuída em parte aos efeitos do plano real (implantado a partir de 1994), e por outro lado ao crescimento da economia cearense, que no período em questão, proporcionalmente cresceu mais que economia do Brasil (objeto de análise no primeiro capítulo). Registra-se ainda o crescimento no número de empregadores em 5,75%, concorrendo decisivamente para isso, a estabilidade econômica do país, levando as empresas a planejarem a longo prazo, e conseqüentemente a absorverem mais mão de obra.

Um fato a ser destacado dentro do período em questão, é a redução substancial de 76% do trabalho para o uso próprio. Considera-se como justificativa para esta realidade, a redução de ocupação na agricultura de subsistência, bem como a diminuição da informalidade (tabela XII).

TABELA XII

A evolução das ocupações segundo os ramos de atividades produtivas no período de 1980/1985, mostra um comportamento sempre crescente das atividades de serviços, que se expandiram em 62%, pelo acréscimo de quase 387 mil novas ocupações. Nas atividades agrícolas, a capacidade de absorção oscilou conforme as variações climáticas, experimentou crise no final dos anos oitenta e tornou a empregar com maior escala, em 1995, concluindo o período com 35,49% das ocupações totais. O setor secundário apresentou comportamento ascendente até 1995, declinando, em 1997, em 25 mil ocupações, recuperando no ano seguinte quando foram criados 77 mil postos de trabalho.

As ocupações verificadas no comércio mantinham um ritmo crescente de expansão até 1997, atribuindo-se o fato ao efeitos do Plano Real, contudo, em 1998 declina em quase 47 mil empregos.

TABELA XII
População Ocupada, segundo Posição na Ocupação – Ceará – 1985 e 1995

POSIÇÃO OCUPAÇÃO	NA	1985		1995		VARIAÇÃO	
		ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Empregados (1)		1.171.568	38,64	1.207.735	39,73	36.167	3,08
Trabalho Doméstico		193.139	6,37	203.624	6,70	10.485	5,43
Conta Própria (1)		853.510	28,15	838.122	27,57	- 15.388	-1,8
Empregadores (1)		74.587	2,46	78.877	2,59	4.290	5,75
Não remunerados(1)		433.274	14,29	435.751	14,33	2.477	0,57
Trabalho para consumo próprio		282.583	9,32	270.199	8,89	- 12.384	- 4,38
Trabalho para Uso próprio		23.346	0,77	5.603	0,18	- 17.743	- 76,0

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 1985 e 1995.
(1) inclusive as pessoas sem declaração de atividade.

TABELA XIII

População Ocupada, segundo setores de Atividade – Ceará – 1985, 1990, 1995 e 1998

SETORES	1985		1990		1995		1998	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Agrícola	943.272	41,00	828.787	33,33	1.170.780	38,51	1.081.708	35,49
Indústria	447.017	20,74	482.401	19,40	483.797	15,91	535.315	17,56
Comércio	218.530	9,50	297.758	11,97	375.227	12,34	385.351	12,64
Serviços	624.728	27,16	846.702	34,05	977.013	32,14	1.012.104	33,21
Outras	36.860	1,60	31.096	1,25	33.094	1,09	33.490	1,10

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1985, 1990, 1995 e 1998.

Diante do exposto, observa-se que a modernização tardia de alguns setores produtivos da economia cearense, principalmente o setor industrial, não reduziu o fenômeno do desemprego de maneira drástica, é o que revela a tabela a seguir, quando o mesmo já atingiu dimensões estruturais, ou seja cerca de 10,97%, registrado em outubro de 1991. Portanto, o fenômeno do desemprego aberto no estado, não pode ser visto como um situação meramente conjuntural, mas sim estrutural, já que em 1998 o desemprego permaneceu durante todo o ano, em patamares também elevados, variando entre 10,29% e 13,74% (Pesquisa Direta – IDT-SINE/CE).

TABELA XIV
INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO NAS ZONAS URBANAS (*)
ESTADO DO CEARÁ
OUTUBRO/91

indicadores	taxa	Projeção(**)
População Economicamente Ativa	44,78	1.551.613
População Ocupada	39,62	1.372.820
Desemprego Aberto	10,97	170.212
População Não Econômicamente Ativa	55,22	1.913.355

Fonte: PESQUISA DIRETA – SINE/CE

Notas: (*) as taxas ao Nível do Estado são restritas às sedes urbanas dos municípios.

(**) Projeção Estabelecida em função da estimativa da população em idade ativa, da zona urbana do Estado, Para o ano de 1994.

TABELA XV

Variação da Distribuição da População Ocupada, segundo Setores de Atividade – Ceará
– 1985 – 1990, 1990 – 1995, 1995-1998 e 1998 – 1985

SETORES	1985/1990		1990/1995		1995/1998		1998/1985	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Agrícola	-114.485	-7,67	341.993	5,18	-89.072	-3,02	138.436	-5,51
Indústria	5.384	-1,34	1.396	3,49	51.518	1,65	58.298	-3,18
Comércio	79.228	2,47	77.469	0,37	10.124	0,3	166.821	3,14
Serviços	221.794	6,89	130.311	-1,91	35.091	1,07	387.376	6,05
Outras	-5.764	0,35	1.998	-0,16	396	0,01	-3.370	0,5

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1995 a 1998.

2.6 A Realidade do Trabalho Precário no Ceará

Os dados da PNAD/90 revelam a precariedade das condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores no Ceará. Um dos principais indicadores é o número de trabalhadores não remunerados (tabela XII), que em 1985 representavam 14,29% da população ocupada, aumentando para 14,33% em 1995, em termos absolutos cerca de 435.751 trabalhadores.

Considerando a variação da distribuição da população ocupada segundo os setores de atividade, a tabela XV nos mostra que o setor agrícola foi o setor que mais acumulou perdas principalmente nos períodos 1985/1990, 1995/1998 e 1998/1985. Já o comércio foi o setor que mais adicionou ganhos nos mesmos períodos, acompanhado de perto pelos serviços, o que revela a face não estruturante da geração de ocupação e trabalho no Estado.

A questão do setor informal, como já foi destacado, está centrada na percepção de que além de ser o grande desaguadouro de mão-de-obra “excedente” no mercado, é também ali que se concentra empregada a maioria dos trabalhadores em condição de pobreza. A marca do trabalho precarizado, que se alastra por todo o setor informal urbano, mostra que uma estratégia sustentada de desenvolvimento social deve dedicar especial atenção a esse segmento do mercado de trabalho.

Mais do que a redução dos níveis de desemprego aberto, que é uma variável fortemente influenciada pelas flutuações conjunturais e/ou sazonais, uma meta coerente seria reduzir a precarização do mercado de trabalho.

Quando se considera a redução do trabalho precarizado, deve ser destacado o limite estrutural, representado pelo processo econômico do mercado na redução da miséria e da desigualdade social.

A realidade do mercado de trabalho no Ceará, segundo o índice de emprego apresentado pelas empresas no período 1986 a 1991 é a seguinte: A micro e a pequena empresa apresentam menor variação, ao passo que a média e a grande empresa respondem por uma maior variação, ou seja, ocorre maior oscilação do emprego nas duas últimas (tabela XVI).

Considerando o subsetor da atividade econômica no período em questão, observa-se que o índice de emprego apresenta grandes oscilações na construção civil e serviços industriais, mantendo-se mais uniforme no subsetor serviços, o que revela a capacidade de agregação do segmento no mercado do trabalho. (tabela XVII).

TABELA XVI
ÍNDICE DE EMPREGO (*), SEGUNDO O PORTE () DAS EMPRESAS**
ESTADO DO CEARÁ
1987 – 1991

PORTE	1986	1987	1988	1989	1990	1991
PEQUENA	113,13	99,69	101,05	101,63	100,93	100,31
MÉDIA	110,57	98,20	101,45	100,66	99,32	107,33
GRANDE	111,44	104,73	105,20	96,98	89,54	107,33

Fonte: rais/91

Notas: (*) o índice apresentado é de base móvel

(**) a definição do porte se deu de acordo com o número de empregados, considerando, respectivamente, para cada nível, os seguintes intervalos: 0-9, 10-99, 100-499 e 500.

TABELA XVII
ÍNDICE DE EMPREGO (*) POR SUBSETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO CEARÁ
1986 - 1991

SUBSETORES DE ATIVIDADES	1986	1987	1988	1989	1990	1991
E. Mineral	123,36	117,28	93,56	102,35	97,19	103,50
I. Transformação	115,64	101,57	100,58	102,73	90,18	97,90
Construção Civil	119,71	89,18	120,30	91,19	101,36	127,66
Serviços Industriais	100,06	102,42	94,64	145,17	72,98	132,28
Comércio	111,70	94,81	98,38	107,33	94,83	92,56
Serviços	107,62	102,99	103,47	102,98	93,94	103,23
A. Pública	110,01	105,21	104,68	89,77	94,79	101,38
Agropecuária	116,93	109,58	83,65	130,08	107,59	104,16

Fonte: Rais, Mtb

Nota: (*) O Índice apresentado é de Base Móvel.

Por outro lado, é necessário esclarecer que não há política compensatória abrangente o suficiente para representar um impacto significativo nos mercados de trabalho de regiões subdesenvolvidas como o nordeste brasileiro, em especial o Ceará.

Inúmeros pesquisas tem revelado que a precariedade no mercado de trabalho, tem sido resultado de processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si e que muitas vezes se reforçam, promovendo inacessíveis e poucas oportunidades de emprego.

O investimento maciço em capital humano através da democratização da educação básica, bem como em capacitação profissional como instrumento de inserção no mercado de trabalho, tem sido apontado como fatores preponderantes para o início da reversão desse quadro, como demonstra a tabela XVIII.

TABELA XVIII
POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO
ESTADO DO CEARÁ
1991

GRAU DE INSTRUÇÃO	MASCULINO		FEMININO	
	ABSOLUTO	RELATIVO	ABSOLUTO	RELATIVO
ANALFABETO	15.073	4,92	6.294	2,48
4ª SÉRIE INCOMPLETA	64.833	21,16	31.469	12,39
4ª SÉRIE COMPLETA	41.641	13,59	25.539	10,05
8ª SÉRIE INCOMPLETA	35.974	11,74	25.250	9,94
8ª SÉRIE COMPLETA	43.728	14,27	28.565	11,24
2º GRAU INCOMPLETO	17.493	5,71	14.416	5,67
SUPERIOR INCOMPLETO	7.780	2,54	6.374	2,51
SUPERIOR COMPLETO	23.879	7,79	29.503	11,61
NÃO DECLARARAM	4.950	1,62	7.730	2,89
TOTAL	306.428	100,00	254.047	100,00

Fonte: RAIS/1991, MTb

3.0 CONCLUSÃO

Na trajetória das economias desenvolvidas, quanto ao mundo do trabalho, têm-se caracterizado por fases históricas com elevadas taxas de desemprego, seguidas por um período de prosperidade econômica, com crescimento do emprego para, voltar a conviver com o desemprego como fenômeno estrutural de difícil reversão. No Brasil e especificamente no Ceará, este fenômeno tem uma trajetória própria: de uma situação de desemprego disfarçado passa para uma de desemprego aberto e elevado, reforçado pelo aumento do desemprego estrutural.

Contudo, é preciso contextualizar o fenômeno, dentro de uma economia mundializada em que estamos vivendo, caracterizada pela busca incessante de mercados e lucratividade numa velocidade até então desconhecida. Assim, certas áreas da atividade econômica antes de baixa produtividade, apresentam-se como novas fronteiras de valorização do capital; é o caso dos serviços.

Os indicadores expostos na tabela XIII do capítulo anterior, demonstram a necessidade da consolidação do sistema produtivo industrial-serviços-comércio, o que levaria a criação de postos de trabalho a serem ocupados por mão-de-obra mais qualificada, face as especialidades criadas, bem como ao aspecto agregador do setor de comércio, que proporcionalmente, foi o setor que mais cresceu na ocupação da população em 1985, 1990, 1995 e 1998, com participações 9,50%, 11,97%, 12,34% e 12,64%, respectivamente.

Considerando essa realidade, cabe salientar seguinte: o papel a ser desempenhado pelas relações de proximidade e contato direto com os clientes, na comercialização dos serviços, confere ao investimento direto uma posição chave na ocupação dos mercados.

Por sua vez, é importante que o setor agrícola recupere o seu papel de retentor de mão-de-obra, evitando as migrações desordenadas e a pressão demográfica sobre áreas urbanas, já que houve redução de participação do mesmo na população ocupada no período 1985/1990 de 41,0% para 33,35%, tendo uma ligeira recuperação em 1995, chegando a 38,51%, para depois voltar a cair, ficando em 35,49%.

O principal estrangulamento para os serviços, em áreas periféricas em especial o Ceará, está na deficiência de capital humano. Além disso, em muitos casos, a organização dos mercados ainda não atingiu sequer a etapa da organização estatal. A tabela XVIII revela o grau de instrução da população ocupada no Estado no ano de 1991, onde apenas 10,05% da mesma concluiu a quarta série, mostrando que instrução é fator limitante na formação de mão-de obra qualificada.

O desafio não se restringe somente aos requerimentos de mão-de-obra qualificada, mas ao fato de que o terciário se constitui na última fronteira do emprego, que será (está sendo) mais cedo ou mais tarde alcançada pela revolução tecnológica poupadora de trabalho, mesmo aquele mais qualificado.

No Ceará especificamente, o desafio consiste em :

Expandir a rede educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, direcionada para a capacitação de jovens e adultos, proporcionando-lhes, além das oportunidades de integração no mercado de trabalho, a melhoria de sua qualidade de vida;

Intensificar a capacitação dos agentes do sistema de educação profissional, envolvendo especialistas, professores e gestores, inclusive inovando processos de educação continuada e progressiva;

Integrar o setor produtivo com a comunidade, com a construção de uma rede de parcerias e mecanismos de cooperação que permitam potencializar os resultados dos investimentos feitos pelo estado;

Elevar o nível de competitividade do trabalhador cearense no contexto econômico estadual em transformação, fortalecendo o processo de encaminhamento e engajamento do trabalhador numa atividade produtiva e geradora de renda, contribuindo para reduzir os níveis de subemprego, aumentando a estabilidade de acesso e permanência do trabalhador no mercado de trabalhador;

Proporcionar os meios físicos, tecnológicos e os recursos humanos necessários à implementação do Programa de Educação à Distância;

E por último, fortalecer o processo de encaminhamento e engajamento do trabalhador numa atividade produtiva geradora de renda, contribuindo para reduzir os níveis de subemprego e desemprego, aumentando a probabilidade de acesso e permanência do trabalhador no mercado de trabalho.

4.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CEARÁ, Governo (Tasso Jereissati). Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará- 1995-1998. Fortaleza: SEPLAN, 1995.
2. VIANNA, Pedro Jorge Ramos; CIALDINI, Alexandre Sobreira (1997).
“Reorganização da infra-estrutura: O Caso do Ceará”. INFRA-ESTRUTURA: Perspectivas de Reorganização (IPEA),v.VIII, p. 253 – 273.
3. SÍNTESE DO BALANÇO GERAL DO ESTADO, 1996, 1997, 1998
4. HADDAD, Paulo, MAGALHÃES, A. Rocha & SILVA, Paulo Fontenele. Ceará: Finanças Públicas e Perfil Sócio – Econômico. Relatório preparado para o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Versão para Discussão, Março 1994, mimeo.
5. Rocha, Vítor Benevides. O Ajuste Fiscal como Base para o Desenvolvimento: O caso cearense, 1987/1994. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.
6. BONFIM, Washington Luís de S. “Modernização, Política e Discurso Regionalista no Nordeste do Brasil”, in : Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, vol. 28, nº 2, abril / junho 1997, 163 – 177.
7. BOTELHO, Demartone C. Ajuste Fiscal e Reforma do Estado O Caso do Ceará, 1987 a 1991. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, 1994, mimeo.
8. Amaral Filho (Org), Federalismo Fiscal e Transformações Recentes no Ceará, 2000.
9. CARVALHO, Ruy de Quadros. “Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação “. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994. P. 93 – 127.
10. MELO, Maria Cristina Pereira. Produção, difusão e transferência de tecnologia: um enfoque teórico. Textos para Discussão, Fortaleza, CAEN, N. 75, out. 1989.
11. Amaral Filho, Jair. Aspectos globais e setoriais da economia cearense: SEPLAN / ARIDAS – CE, 1995.
12. SINE / CE. Onde e como se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1989.
13. SINE / CE. Onde e como se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1990.
14. SINE / CE. Onde e como se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1991.

15. SINE / CE. Onde e como se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1992.
16. 16. SINE / CE. Onde e como se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1993.
17. 17. SINE / CE. Onde e como se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1994.
18. 18. SINE / CE. Onde e Como se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1995.
19. SINE / CE. Onde se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1996.
20. SINE / CE. Onde se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1997.
21. SINE / CE. Onde se gera emprego no Ceará. Estudo sobre o comportamento da força de trabalho e suas tendências, 1998.
22. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Ceará – 1986-1996.
23. IPLANCE – A Dinâmica do movimento populacional do Ceará – 1950-1991. Fortaleza, 1997.

ANEXO

TABELAS COMPLEMENTARES

TABELA I
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS, DESPESAS CORRENTES LÍQUIDAS E
POUPANÇA BRUTA EM CONTA CORRENTE, 1986 – 1991

Em milhões constantes (*)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
(1) – Receitas Correntes Líquidas	279.783	262.412	374.604	322.228	402.396	383.922
(2) – Despesas Correntes	354.414	538.355	303.932	331.281	342.600	306.616
(3) Transferências a municípios	38.413	34.690	28.703	44.044	56.778	57.143
(4) Encargos da Dívida Interna e Externa	48.784	204.717	23.774	23.698	59.807	26.074
(5) Despesas Correntes Líquidas (2)-(3)-(4)	267.217	298.948	251.455	263.579	226.015	223.399
(6) Poupança Bruta em Conta Corrente % ((5/2) – 1) X 100	+ 4,49	-13,92	+ 32,87	+ 18,20	+ 43,83	+ 41,66

Fonte: Secretária da Fazenda do Estado do Ceará – balanço geral do estado do ceará – diversos números elaboração: Demartone Botelho Coelho

(*) a preços médios de 1991, inflacionados pelo igp-di/fgv.

TABELA II
ESTADO DO CEARÁ
GASTOS DE CUSTEIO E SERVIÇOS E ENCARGOS, 1986 – 1991

Em milhões constantes (*)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
I- Serviços de Terceiros e Encargos	10.980	8.375	18.744	23.896	25.872	20.503
II- Total de Pessoal	243.870	225.831	207.493	211.813	206.652	173.885
III – Custeio (Exclusivo Pessoal)	14.623	12.844	22.974	37.112	34.334	30.909
IV – Receita Líquida Corrente	279.782	262.412	374.603	322.227	402.396	383.922
V- VII	4.50	3.71	9.03	11.28	12.52	11.79
VI- VIII	75.09	65.21	81.59	64.39	75.35	66.33
VII – III /VI	5,23	4.89	6.13	11.52	8.53	8.05

Fonte: Secretária Da Fazenda Do Estado Do Ceará – Balanço Geral do Estado do Ceará – diversos números

Elaboração: Demartone Botelho Coelho (1994)

(*) A preços médios de 1991, inflacionados pelo IGP-DI/FGV.

TABELA III
ESTADO DO CEARÁ
PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL NA RENDA INTERNA DO
ESTADO
1987- 1991

	1987		1988		1989		1990		1991	
	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%
Gasto Total de Pessoal	225.831	8,3	207.493	7,1	211.814	6,8	206.652	6,6	173.886	5,4

Fonte: IPLANCE

Elaboração: Demartone Coelho Botelho

Gasto total de pessoal = Gasto de pessoal da Administração Direta mais gasto de pessoal da Administração Indireta.

(*) A preços médios de 1991, inflacionados pelo IGP-DI/FGV.

TABELA IV
ESTADO DO CEARÁ
TAXA DE INVESTIMENTO GLOBAL DO SETOR PÚBLICO ESTADUAL
1985-1991

Em milhões constante(*)

	1987		1988		1989		1990		1991	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Investimento da Administração Direta	13.773	0,5	94.199	3,2	27.444	0,9	55.256	1,8	67.459	2,1
Investimento da Administração Indireta	3.192	0,1	22.639	0,8	35.485	1,1	41.684	1,4	54.917	1,7
Investimentos Totais	16.965	0,6	116.838	4,1	62.929	2,1	96.940	3,1	122.376	3,8

Fonte: Iplance

Elaboração: Demartone Coelho Botelho

NOTAS: Investimento da Administração Direta = Investimentos Totais menos

ESTADO DO CEARA V
QUANTITATIVO GLOBAL DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS, 1987 - 1991
 Em milhões constantes (*)

	1987		1988		1989		1990		1991	
	Quant.	Índice V. anual -%								
Total de Serviços	120.529	100	116.685	97	110.544	92	107.535	89	106.828	88
		+9,87 (**)		- 3,19		-5,26		- 2,72		-5,26

Fonte: Secretária de Administração do Estado do Ceará. SEAD.

Elaboração: Demartone Coelho (1994)

(*) 1987= Ano Base

(**) Refere-se a média geométrica do quantitativo no período de 1983-87.